

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES**

PREV BOM JESUS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE BOM JESUS DOS PERDÕES**

PREV BOM JESUS

EXERCÍCIO: 2015

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei nº 1651/2002 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Resolução BACEN nº. 3.922/10 e Portarias MPS nº 170/12 e nº 440/13.

GESTÃO: José Natalino Santos Oliveira – Superintendente

META ATUARIAL: Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6% a.a.

APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR DE SUPERVISÃO E DELIBERAÇÃO EM
REUNIÃO REALIZADA EM 18/12/2014 CONJUNTAMENTE COM CONSELHO
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:

(x) Impresso (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. MODELO DE GESTÃO	6
3. META ATUARIAL	6
4. ESTRUTURA DE GESTÃO DE ATIVOS	6
4.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS	6
4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	7
4.3 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE RATING	8
4.4 AGENTES CUSTODIANTES	8
5. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	8
5.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO	8
5.1.1 PERSPECTIVAS	8
5.1.2 ATUAL CONTEXTO NACIONAL	9
5.1.3 ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL	11
5.1.4 CENÁRIO 2015	12
6. LIMITES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	15
6.1 RENDA FIXA	15
6.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS	15
6.1.2 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS	15
6.1.3 F I EXCLUSIVO EM TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	15
6.1.4 F I RENDA FIXA OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RENDA FIXA	15
6.1.5 F I EM INDICADORES DE RENDA FIXA	16
6.1.6 F I EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO ABERTO	16
6.1.7 F I EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO FECHADO	16
6.1.8 F I RF OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RF CRÉDITO PRIVADO	16
6.2 RENDA VARIÁVEL	16
6.2.1 FI REFERENCIADOS EM AÇÕES	16
6.2.2 FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES	17
6.2.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADOS (ABERTOS)	17
6.2.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (FIP)	17

6.2.5 FUNDO IMOBILIÁRIO	17
6.3 IMÓVEIS	17
6.4 LIMITES PARA EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	18
<u>7. CARTEIRA PREVISTA DE INVESTIMENTOS - 2015</u>	<u>18</u>
7.1 MACRO ALOCAÇÃO	18
7.2 MICRO ALOCAÇÃO PROJETADA	19
7.2.1 PROJEÇÃO DE RENTABILIDADE DA MICRO ALOCAÇÃO	19
7.2.2 RESUMO DO CÁLCULO ATUARIAL	20
7.3 ENQUADRAMENTO	20
7.4 CENÁRIOS DOS RETORNOS ESPERADOS	20
<u>8. VEDAÇÕES</u>	<u>21</u>
<u>9. CONTROLES DE RISCOS</u>	<u>21</u>
9.1 RISCO DE MERCADO	21
9.2 RISCO DE LIQUIDEZ	22
9.3 RISCO DE CRÉDITO	22
9.4 RISCO DE DESCASAMENTO (ATIVO / PASSIVO)	22
<u>10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APLICAÇÕES E RESGATES</u>	<u>22</u>
10.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA APLICAÇÃO	22
10.2 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA RESGATE	23
<u>11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO / ACOMPANHAMENTO INVESTIMENTOS</u>	<u>23</u>
<u>12. DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	<u>23</u>
12.1 VIGÊNCIA	24
12.2 REAVALIAÇÕES	24
12.3 FORMAS DE DIVULGAÇÃO	24
12.4 RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE INVESTIMENTOS	24
12.5 DISPOSIÇÕES GERAIS	24
12.6 DELIBERAÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA	25
12.7 DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS	27

1. Introdução

O PREV BOM JESUS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES, foi criado através da Lei Complementar nº 1315/94 e reformulado pela Lei Complementar nº 1651/02 e suas alterações.

Atualmente reúne 636 segurados ativos, 70 aposentados e 24 pensionistas, **totalizando 730 participantes.**

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos regimes próprio de previdência social (RPPS), em especial a Resolução CMN Nº 3922, de 26 de novembro de 2010, em seu art. 4º, o PREV BOM JESUS vem por meio de sua gestão elaborar e implantar a sua Política de Investimentos para o ano de 2015.

A versão elaborada pelo PREV BOM JESUS compreende como um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos. Desta forma, a política de investimentos do PREV BOM JESUS definirá:

- O modelo de gestão;
- A estratégia de gestão de recursos;
- Os Parâmetros de rentabilidade perseguidos;
- Os Limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

Destaca-se que a presente política norteia-se na transparência, segurança, liquidez e rentabilidade dos ativos. Serve também, como base a todos os normativos internos do RPPS. Algumas medidas devem fundamentar a confecção de tal Política, sendo que a primeira a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas no cálculo atuarial.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas, tendo como referência as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Modelo de Gestão

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do PREV BOM JESUS, o modelo de gestão adotado é o da GESTÃO PRÓPRIA. A estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc., visando igualmente a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

O PREV BOM JESUS poderá contratar consultoria de valores mobiliários desde que credenciada junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), especializada em investimentos junto aos RPPS e sem vínculo com instituição financeira, para orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlato aos seus investimentos e principais riscos ao qual está exposto.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do Instituto, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

3. Meta Atuarial

A gestão da alocação para o exercício de 2015 entre os Segmentos, têm o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da Taxa da Meta Atuarial (TMA), que é igual à variação do INPC + 6% a.a. calculada pelos dias úteis do mês, base aproximada de 252 dias úteis no ano, para evitar distorções com as análises e comparações de rentabilidade dos ativos que compõe a carteira. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

A definição estratégica das faixas de alocações foi feita qualitativamente, com base nas características gerais de idade média dos participantes, situação atuarial e ainda, com base na TMA acima mencionada e na expectativa de comportamento dos ativos financeiros a longo prazo.

4. Estrutura de Gestão de Ativos

4.1 Critérios de Avaliação dos Agentes Financeiros

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais

deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciados junto ao PREV BOM JESUS, de acordo com o Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, tendo os seguintes critérios básicos:

Qualitativos:

- Histórico e características da empresa e dos controladores, levando em consideração a tradição e idoneidade da mesma;
- Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes;
- Fornecimento de relatórios e informações para o RPPS;
- Processo de *Risk Management*;
- Corpo de profissionais especializados na gestão de recursos de terceiros e *turnover*;
- Especialização para atuação em diversos mercados (RF e RV);
- Controle de risco interno;

Quantitativos:

- Avaliação da performance análise de rentabilidade e risco dos seus respectivos fundos;
- Total de recursos administrados;
- Parcela de recursos administrados correspondentes a investidores institucionais;
- Taxas de administração propostas;

4.2 Critérios de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de **Renda Fixa**, será usado preferencialmente o **Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices**, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias;

Para os fundos de **Renda Variável**, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBrX e IBrX-50, onde também serão avaliados pela diretoria executiva em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias.

4.3 Critérios de Definição de Rating

Para avaliação das instituições financeiras gestoras de recursos, fundos de investimentos financeiros abertos e das instituições intermediadoras, serão escolhidos, preferencialmente, classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como **“Investment Grade”**, fundamentadas em classificações de risco (rating) no **mínimo “BBB+”** conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS DE CRÉDITO (EMPRESAS DE RATING)

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH IBCA		ATLANTIC RATING	SRRATING	GARANTIAS	RISCO	GRAU	
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo						
A1+	AAA	P1	Aaa	F1+	AAA	AAA	AAA	Máxima	Quase Nulo	I	
	AA+		Aa1		AA+	AA+	Muito Fortes				Muito Baixo
	AA		Aa2		AA	AA					
	AA-		Aa3		AA-	AA-					
A1	A+	P2	A1	F1	A+	A+	A+	Fortes	Baixo	T	
	A		A2		A	A					
	A-		A3		A-	A-					
A2	BBB+	P3	Baa1	F2	BBB+	BBB+	BBB+	Adequadas	Médio	M	
	BBB		Baa2		BBB	BBB					
	BBB-		Baa3		BBB-	BBB-					
A3	BB+	Not Prime	Baa1	E3	BB+	BB+	BB+	Modestas	Mediano	E	
	BB		Baa2		BB	BB					
	BB-		Baa3		BB-	BB-					
B	B+	Not Prime	Baa1	B	BB+	BB+	BB+	Insuficiente	Alto	S	
	BB		Baa2		BB	BB					
	BB-		Baa3		BB-	BB-					
B+	B+	Not Prime	Baa1	B	B+	B+	B+	Trazos de Default	Muito Alto	P	
	B		Baa2		B	B					
	B-		Baa3		B-	B-					
C	CCC	Not Prime	Baa1	C	CCC	CCC (+/-)	CCC	Default Provável	Extremo	U	
	CC		Baa2		CC	CC (+/-)					
	C		Baa3		C	C (+/-)					
D	C	Not Prime	Baa1	C	C	C	C	Default Iminente	Muito Alto	A	
	C		Baa2		C	C					
	D		Baa3		D	D					
D	D	Not Prime	Baa1	C	D	DeE	D	Inadimplente	Perda	T	
	D		Baa2		D	D					
	D		Baa3		D	D					

4.4 Agentes Custodiantes

De acordo com o art. 17 da Resolução CMN Nº 3.922/2010, salvo para aplicações realizadas por meio de fundos de investimentos, a atividade de agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

5. Estratégia de Alocação de Recursos

5.1 Cenário Macroeconômico

5.1.1 PERSPECTIVAS

O cenário para 2015 demanda extrema cautela, pois estamos no limiar de repetir no próximo ano os resultados de 2014, com uma série de agravantes que aumentam a sensibilidade dos indicadores macroeconômicos, principalmente àqueles ligados à inflação.

5.1.2 ATUAL CONTEXTO NACIONAL

Feçamos o contexto nacional de 2014 com:

- Inflação muito próxima da meta determinada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional);
- Taxa de juros (Selic 11,75% aa) que supera todas as projeções médias dos analistas, devido às atitudes tomadas pelo Banco Central até às vésperas das eleições majoritárias de outubro;
- Elevações de custos de produção de diversos setores, representadas pelas correções de valores de combustíveis e energia elétrica;
- Crescimento econômico próximo de zero, passando por um trimestre de recessão técnica;
- Elevado déficit de conta corrente e o pior déficit comercial para novembro em 20 anos;
- Déficit Primário e manobras políticas para alterar as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Desvalorização cambial acelerada, com dólar médio a R\$ 2,34 até o início de setembro e se aproximando de R\$ 2,60 em dezembro;
- Queda na produção industrial de 3% no acumulado até outubro;
- Ibovespa com crescimento próximo a zero;
- Secas persistentes no sul e sudeste e chuvas excessivas no norte e nordeste.

Nem mesmo a Copa do Mundo, alardeada pelo governo como grande impulsionador econômico foi capaz de trazer avanços significativos ao país em 2014. Pelo contrário, pois o excesso de feriados e a valorização cambial no período atingiram em cheio a cadeia produtiva e os gastos de estrangeiros no país não foram suficientes para cobrir os custos dos dias parados e das obras para a evento, levando a uma recessão no período.

Um dos pontos fulcrais da economia brasileira continua a ser o desemprego em queda, porém o indicador possui alguns condicionantes em sua leitura, além de um efeito colateral. A queda no desemprego não ocorre totalmente pela criação de um maior número de postos de trabalho e sim pela redução do número de pessoas habilitadas a trabalhar deixando de procurar ocupação.

Isso é demonstrado pelo fechamento de 30 mil vagas formais em novembro, segundo o ministério do trabalho e da pior criação de novos postos de trabalho de janeiro a outubro de 2014 em 12 anos.

Deste modo, o mercado de trabalho já reflete o restante do panorama macroeconômico, apesar do dado de desemprego parecer animador. Porém, mesmo que consideremos a medida de desemprego como positiva em outubro deste ano aos 4,7%, há um problema inserido neste contexto.

Se este dado estiver correto, há uma parcela significativa da população ocupada e com renda disponível. Mesmo assim, esta população reduziu sensivelmente seu consumo, como apontado na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, onde o crescimento foi de 0,5% até setembro.

Dentre a série de motivos para tal, podemos citar os seguintes:

- Contração de renda disponível devido ao endividamento das famílias com a aquisição de bens de alto valor agregado e intensivos em crédito (ex. imóveis, automóveis e linha branca), incentivados pelo governo através de renúncias fiscais (redução de IPI) durante as crises de 2008 e 2011 de modo a estimular a demanda;
- Expectativas reduzidas de consumo por temores de piora do cenário econômico nos próximos 6 meses a 1 ano;
- Inflação elevada;

Este contexto leva ao que podemos chamar de efeito colateral do desemprego em queda, pois a redução do consumo devido aos motivos acima leva a um "represamento" da renda disponível. Isso não significa que houve um aumento da poupança, pois até novembro de 2014, a captação havia atingido R\$18,61 bilhões, abaixo dos R\$ 59,85 bilhões captados até o mesmo período de 2013, segundo o Banco Central (BC).

Portanto, onde estaria represada esta renda? Podemos citar quatro fatores:

- Consumo de bens de baixo valor agregado;
- Consumo de serviços;
- Consumo de alimentos;
- Pagamento de dívidas;

Neste sentido, temos a explicação para parte da persistente alta da inflação, pois o consumo acima citado tem baixíssima aderência ao aperto monetário, ou seja, pouco sofre com a alta dos juros, principalmente os serviços, os quais apresentaram inflação acumulada em 12 meses de 8,28% no IPCA, contra 6,56% do índice cheio de novembro.

Com isso, o cenário para o fechamento de 2014 confirma as premissas de baixa atividade econômica, pressão de preços e juros altos.

5.1.3 ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL

Citaremos por alto o contexto internacional de 2014 exatamente por se distanciar do ocorrido no Brasil em diversos países chave do mundo, porém os desígnios de 2015 serão de suma importância para os rumos da economia brasileira no mesmo período.

Os EUA apresentaram em média um dos melhores desempenhos globais entre as economias centrais. A atividade econômica no país se mostra “moderada” segundo o *Federal Reserve*, porém o mesmo reforça a possibilidade do início do aperto monetário no próximo ano em confluência da melhora dos indicadores como um todo, inclusive com o fim do programa de estímulos a liquidez em já ocorrido em outubro, após a compra final de US\$ 15 bilhões em bônus do governo.

Um dos principais indicadores nos EUA continua a ser o mercado de trabalho, onde o desemprego caiu de 6,7% em janeiro para 5,8% em novembro, com a criação recorde de 321 mil postos de trabalho em novembro.

Um dos principais pares americanos, o Japão seguiu um plano de estímulos econômicos que também derrubou o desemprego de 4% em janeiro para 3,5% em novembro, algo significativo em termos japoneses, porém a persistente deflação, uma recessão técnica e o aumento de impostos levaram a recente dissolução do congresso, num movimento bem recebido pelos investidores como uma continuidade da busca por uma maior pressão de demanda.

Na Europa, a Alemanha e o Reino Unido continuam a serem os principais guias de uma tentativa de recuperação da ainda presente crise de 2010/2011. A sofrida Espanha conseguiu apresentar um crescimento de 1,6% no último PIB, o dobro da média da Zona do Euro, a qual atingiu 0,8%, enquanto a Alemanha apresentou crescimento de 1,2%, Reino Unido de 3% e na ponta contrária, Itália com -0,5% e França com 0,4%. O desemprego continua a ser o principal problema da região a ser sanado com urgência.

E por fim, os componentes do BRIC também tiveram um 2014 sofrido devido à

queda do preço internacional das *commodities*, porém com indicadores superiores ao Brasil, onde a Rússia cresceu 0,7% na última medida do PIB contra o mesmo período em 2013, a Índia cresceu 5,3% e a China, 7,3%, contra uma contração de 0,2% do Brasil. Portanto, contrariando a premissa governamental, não foi a crise internacional o maior problema para o país.

5.1.4 CENÁRIO 2015

Para 2015, reforçamos a premissa de uma melhora do contexto internacional, capitaneado pela recuperação contínua dos EUA, os esforços e estímulos reservados pelo BCE à Zona do Euro, o reforço do plano japonês de estímulo ao consumo e um contexto se desenhando de maneira um pouco mais confortável aos emergentes, apesar da ainda forte queda do preço das *commodities*, reforçada pela sinalização de um menor valor do petróleo da OPEP para os EUA em 2015.

A China pode dar continuidade à queda de juros e estímulos ao setor imobiliário e industrial, principalmente por um custo de produção reduzido pela queda do preço internacional do aço. A questão climática continuará altamente em voga no mundo devido a todas as fortes distorções observadas em 2014, principalmente pelo forte impacto econômico já presente no globo.

Novamente nos EUA, o crescimento econômico e a recuperação da atividade industrial pós 2008 pode levar a um aumento de juros ainda no primeiro trimestre e o tamanho deste aperto tende a definir a tendência para o valor global do dólar, podendo ser muito positivo para economias como a Zona do Euro, Japão e China.

Em termos locais, a necessidade de reajustes da economia brasileira deve impedir que o país receba os bônus de uma possível continuidade da recuperação macroeconômica global e receba os ônus da valorização do dólar frente ao Real.

O mal fadado Custo Brasil (infraestrutura ruim, juros altos, burocracia e matriz tributária altamente complexa) faz com que os pretensos ganhos do setor exportador com a desvalorização cambial esvaziarem-se e a falta de competitividade dificulte o encaixe de produtos nacionais vis-à-vis a nossos pares internacionais. Além disso, a forte dolarização da indústria nacional faz com que um Real mais fraco se traduza como inflação mais alta de maneira quase imediata.

Como não há perspectiva concreta de, ao menos, uma reforma tributária, a tendência é que continuemos num contexto de mercado internacional semelhante ao de 2014.

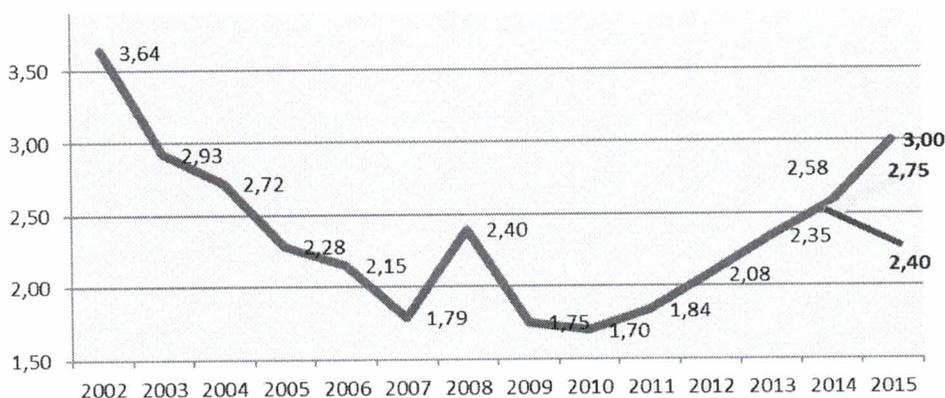
Localmente, mantemos as seguintes projeções:

INDICADOR	ANO	
	2014	2015
PIB	0,10%	0,00%
JUROS (SELIC)	11,75%	12,50%
R\$/US\$	2,58	3,00
IPCA	6,50%	6,50%
IGP-M	3,60%	6,00%
INPC	6,43%	6,44%
PREÇOS ADM.	5,35%	7,90%
CONTA CORRENTE (US\$, bi)	-83,00	-85,00
BALANÇA COMERCIAL (US\$, bi)	0,00	2,00
IED (US\$, bi)	60,00	49,00
Produção Industrial	-2,50%	0,00%

Fonte das Projeções: Jason Freitas Vieira – Economista

O cenário de câmbio é o mais complexo, pois depende em grande parte da possibilidade de elevação de juros por parte do *Federal Reserve* e ao mesmo tempo, o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil tende a se reduzir enquanto as notícias relacionadas à Petrobrás continuam em voga, o que deve se estender a praticamente todo do primeiro semestre.

Para o câmbio Real Dólar Americano, mantemos o seguinte cenário:

Dólar

Fonte: BCB / Proj. Jason Freitas Vieira - Economista

Handwritten signatures and initials in blue ink.

45% de probabilidade – Dólar atinge os R\$ 3,00 após duas elevações de juros nos EUA, também com a redução do fluxo de capitais financeiros estrangeiros ao Brasil, balança comercial com saldo zero no acumulado do ano, redução do fluxo de investimentos externos diretos e déficit com conta corrente elevado;

35% de probabilidade – Dólar atinge os R\$ 2,75 pelos mesmos motivos acima citados, com exceção de somente uma alta nos juros americanos, uma possível reversão no comércio internacional com a melhora na atividade de economias centrais como os EUA, Alemanha, Japão e China, reduzindo o déficit de conta corrente e para US\$ 78 bilhões, com superávit de conta corrente de US\$ 7 bilhões;

20% de probabilidade – Dólar atinge os R\$ 2,40 devido a uma melhora mais acentuada da economia de países centrais, elevando a demanda por *commodities* e melhorando o cenário econômico para países emergentes, entre eles o Brasil e sem que os EUA sintam necessidade de elevar os juros. Com isso, as perspectivas de piora da economia se reduzem, elevando o fluxo externo de capitais financeiro e de investimento direto.

As premissas de atividade econômica para 2015 se assemelham muito às 2014, sem contar com o efeito negativo que a Copa do Mundo e as eleições trouxeram.

Os substitutos destes eventos serão:

- A necessidade de diversos ajustes por parte do governo, como a não renovação do corte do IPI para linha automotiva, o que pode também acontecer em breve na linha branca;
- Redução de subsídios aos bancos públicos e de investimentos;
- Alteração no pagamento de pensões por morte e no seguro-desemprego;
- Fim do abono salarial;
- Retorno da CIDE;
- Aumento do IOF sob empréstimos;
- Retorno da CPMF (especulado).

Conforme citamos acima no efeito de “represamento” da renda, a tendência de uma persistência da inflação é grande e com isso o Banco Central deve operar de maneira ainda mais intensa o aperto monetário, além da elevação do depósito compulsório. Tudo isso deixa muito pouco espaço para estímulos econômicos, que faz coerente a projeção de crescimento Zero da economia em 2015.

6. Limites para Alocação dos Recursos

A Resolução do CMN N° 3922/2010, define os Limites para Macro Alocação das aplicações financeiras do PREV BOM JESUS, conforme tabela no item 7.2.

6.1 Renda Fixa

Nesta modalidade, estão presentes os Títulos de emissão do Tesouro Nacional, cujo risco é soberano, os Fundos de Investimentos, Depósitos em Poupança, os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e as Operações compromissadas. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

6.1.1 Títulos Públicos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional que compõem a carteira deverão ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) Conforme previsto na Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010, em seu artigo 7º, inciso I, alínea “a”, os recursos em moeda corrente do Instituto poderão ser alocados integralmente na modalidade de títulos públicos, desde que negociados em plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

6.1.2 Operações Compromissadas com Títulos Públicos

Alocação em operações compromissadas até o limite de 15%, deverão ser lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I da resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010, em seu artigo 7º.

6.1.3 F I exclusivo em Títulos Públicos Federais

As aplicações, em fundos de investimentos composto exclusivamente em títulos públicos federais, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidas no Art. 7º Inciso I, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem ter, 100% do seu patrimônio líquidos representados, isolada ou cumulativamente, por: títulos de emissão do Tesouro Nacional.

6.1.4 F I Renda Fixa ou Referenciados em Indicadores de Renda Fixa

As aplicações em fundos de investimentos de Renda Fixa ou Referenciados em Indicadores de Renda Fixa deverão ser lastreados em índices Anbima (IMA ou IDkA) e até 50% em títulos privados e atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º, Inciso III, da Resolução CMN 3922/2010.

6.1.5 F I em Indicadores de Renda Fixa

Concentração de 30% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidas no art. 7º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados dessa classe caracterizam-se por ter suas carteiras representadas em até 50% em títulos privados.

6.1.6 F I em Direitos Creditórios em Condomínio Aberto

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidas no Art. 7º Inciso VI, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os FIDC, também conhecido como Fundos de Recebíveis, foram criados com o objetivo de dar liquidez ao Mercado de crédito, reduzindo o risco e ampliando a oferta de recursos. Observar os limites de alocação, conforme parágrafo 5º do referido artigo supra, e a classificação do risco determinada por uma agência classificadora de *Rating*.

6.1.7 F I em Direitos Creditórios em condomínio Fechado

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso VII, letra “a” da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Fundo fechado: o condomínio cujas cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo ou de cada série ou classe de cotas, conforme estipulado no regulamento, ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se, ainda, a amortização de cotas por disposição do regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.

6.1.8 F I RF ou referenciados em indicadores de RF Crédito Privado

Concentração de 5% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidos no art. 7º, Inciso IV, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe caracterizam-se por ter em sua carteira indicadores de renda fixa em Crédito Privado.

6.2 Renda Variável

Nesta modalidade, estão presentes os Fundos de Investimentos em Ações, Fundos Imobiliários, Fundos em Participações (fechado), e Fundos Multimercados (abertos), cuja a volatilidade é acentuada e se faz necessária uma gestão ativa e profissional para aproveitar as oportunidades do mercado. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

6.2.1 FI Referenciados em Ações

As aplicações em fundos de investimentos referenciados classificados como ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no art. 8º, inciso I, da Resolução

BACEN/CMN, Nº 3922/2010. São classificados na categoria os Fundos que identifiquem em sua política de investimentos indicador de desempenho vinculado aos índices: Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.

6.2.2 Fundos de Índices Referenciados em ações

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no art. 8º, Inciso II, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010.

6.2.3 Fundos de Investimentos Multimercados (abertos)

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem possuir investimentos que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em qualquer fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes de ativos previstas na classificação dos fundos de investimento. O grande atrativo desses fundos é não só a sua flexibilidade para a aplicação em diferentes tipos de ativos, tais como ações, juros, moedas e derivativos, mas, também, os diferentes estilos de estratégia de gestão desses ativos que podem ser utilizados.

6.2.4 Fundos de Investimentos em Participações (FIP)

Os FIPs são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em papéis de companhias abertas ou fechadas. A estruturação dos FIPs, regulamentada pela Instrução 391 da CVM. Característica marcante é a exigência legal de participação efetiva dos FIPs na definição da política estratégica e de gestão das companhias investidas, o que traz ao investidor a segurança de que os recursos aportados serão utilizados de acordo com diretrizes pré-definidas, atende as diretrizes e os limites estabelecidos no art. 8º, Inciso V, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010;

6.2.5 Fundo Imobiliário

O Fundo de investimento imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. Somente poderá ser adquirida cotas de Fundos negociadas em Bolsa de Valores, em atendimento ao artigo 8º, inciso V, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010

6.3 Imóveis

As alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou imóveis vinculados ou a serem vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 9º e parágrafo único da Resolução CMN 3922/2010.

6.4 Limites para Emissão ou Coobrigação de Uma Mesma Pessoa Jurídica

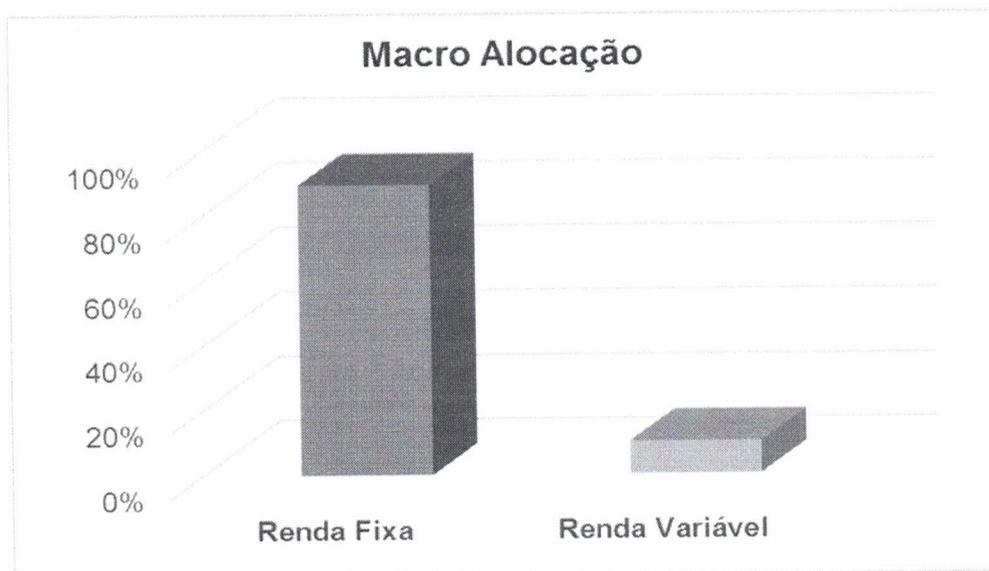
As aplicações em quaisquer títulos ou valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não podem exceder, no seu conjunto, **50% (Cinquenta por cento) dos recursos em moeda corrente do RPPS**, aí computados não só os objetos de compra definitiva, mas, também, aqueles objetos de empréstimo e de operações compromissadas e os integrantes das carteiras dos fundos de investimentos que componha a carteira de investimentos do instituto.

7. Carteira Prevista de Investimentos – 2015

Apesar do seu **déficit atuarial**, o PREV BOM JESUS optou por uma gestão com perfil mais MODERADO.

7.1 Macro Alocação

Na alocação macro ficam definidos para o ano de 2015, os limites de 90% para Renda Fixa e de até 10% para Renda Variável.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7.2 Micro Alocação Projetada

Abaixo, segue quadro demonstrativo da Micro Alocação atual dos recursos

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 3.922/2010		
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos Recursos	
	Limite da Resolução (%)	Limite de Alocação (%)
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100	0
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	até 100
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa/Referenciada RF - Art. 7º, III	80	até 40
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	até 30
Poupança - Art. 7º, V	20	0
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15	até 15
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	até 5
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5	até 5
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciadas - Art. 8º, I	30	até 10
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	até 10
FI em Ações - Art. 8º, III	15	até 10
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, IV	5	até 5
FI em Participações - Fechado - Art. 8º, V	5	até 5
FI Imobiliário - Cotas negociadas em Bolsa - Art. 8º, VI	5	até 5
RF = Limite de até 90 a 100% do PL RV = Limite de até 10% do PL		

após descontado o limite do art. 7º,II, III, IV, VI, VII a e b, quando alocado

Não excedendo o limite total de 15%

Não superando o limite de 30% em RV

7.2.1 Projeção de rentabilidade da Micro Alocação

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao **Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a.**, observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos previdenciários e atuariais.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

7.2.2 Resumo do Cálculo Atuarial

IDADE MÉDIA DOS SERVIDORES ATIVOS	44,0 ANOS
SERVIDORES ATIVOS	636
SERVIDORES INATIVOS	70
PENSIONISTAS	24
TOTAL	730
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	40.430.576,68
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	20.902.818,29
ATIVO (Dezembro 2013)	30.958.522,37
COMPREV	8.699.086,68
RESERVA MATEMÁTICA (DÉFICIT)	-16.361.470,99

7.3 Enquadramentos

De acordo com a resolução CMN 3922/10, a parcela de investimentos em Renda Fixa, que no caso do PREV BOM JESUS será de aproximadamente 90% dos recursos, terá como parâmetro de rentabilidade Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices.

Na Renda Variável, que poderá aplicar até 10% dos recursos do PREV BOM JESUS, a carteira deverá buscar fundos que utilizam como parâmetro de rentabilidade o Ibovespa ou um de seus sub índices quando aprovado limites para o segmento.

O Instituto por sua diretoria executiva procederá acompanhamento no mercado financeiro buscando alternativas de diversificação para enquadramento respeitando os limites legais e buscando alcançar a meta de rentabilidade estabelecida nesta política.

7.4 Cenários dos Retornos Esperados

A Diretoria Executiva do PREV BOM JESUS, após análise das perspectivas internacionais e nacionais, vislumbra os seguintes cenários de retorno do investimento:

Nos cenários apresentados, consideramos uma expectativa de rentabilidade de **12,73%** para carteira global do PREV BOM JESUS, superando a Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.), projetada em **12,50%**, conforme o quadro de projeções para 2015. Este resultado será possível com a diversificação que o PREV BOM JESUS promoverá na implantação da presente política de investimentos. Contudo, é importante ressaltar que o quadro acima reflete as **expectativas de mercado** no intervalo de 1 (um) ano, de janeiro a dezembro, e terá que adequar o portfólio do PREV BOM JESUS à política a fim de que os resultados esperados possam concretizar-se.

8. Vedações

- Aquisição de títulos públicos federais que não sejam registrados na SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- Realizar operações denominadas *day-trade* nas negociações com ativos de renda fixa ou renda variável;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de investimentos cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de investimento em direitos creditórios) não padronizados;
- Praticar as operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na resolução CMN 3922/10;
- Outras modalidades expressamente vedadas nesta Política de Investimentos.

9. Controles de Riscos

O Gerenciamento do risco será avaliado pela metodologia do (VaR), Nível Máximo de Valor em Risco, com 95% de confiabilidade. O PREV BOM JESUS por sua diretoria executiva fará o acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

9.1 Risco de Mercado

O risco de mercado depende do comportamento do preço do ativo em função das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, seria importante identificar e quantificar fatores que

impactam a dinâmica do preço ativo. Pode ser subdivido em algumas grandes áreas, como acionárias, câmbio, juros e mercadorias (*commodities*).

O controle de risco de mercado é feito com base nos limites estabelecidos na legislação aplicável e complementado nessas diretrizes de investimento. O risco de mercado é estimado, empregando-se determinadas medidas estatísticas de probabilidade e correlação para calcular os riscos de cada instrumento e agregá-los para o cálculo de risco de uma carteira. Essas medidas são, basicamente, o desvio-padrão dos ativos e as variâncias e covariâncias, como medidas de correlação entre os retornos dos ativos da carteira.

9.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de perdas devido à incapacidade de desfazer rapidamente uma posição, ou obter financiamento, devido às condições de mercado. Como exemplos de risco de liquidez podem-se mencionar as operações com carteiras de Eurobands brasileiros, ações de segunda e terceira linhas, alguns contratos futuros negociados na BM&F etc.; outros ajustes de margem que venham a consumir a liquidez da instituição.

9.3 Risco de Crédito

O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honrar seus compromissos. Perdas, neste contexto, correspondente aos recursos que poderão não ser recebidos. Quando uma empresa sofre redução do seu *rating* de crédito, a elevação do seu risco percebido é notada e o valor dos seus papéis negociados em mercados secundários é reduzido, em decorrência da elevação da taxa de desconto dos títulos. A deterioração do crédito pode provocar perdas, ainda que a situação de inadimplência não tenha se verificado de fato.

9.4 Risco de Descasamento (Ativo / Passivo)

Para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionados pelos Gestores do RPPS. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativo, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do Instituto.

10. Critérios de Avaliação de Aplicações e Resgates

10.1 Critério de Avaliação para Aplicação

Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Resolução 3922 /2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para

credenciamento padrão AMBIMA e observar os critérios desta Política de Investimento, conforme item 4, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação. Observar ainda os seguintes pontos em relação aos fundos:

Para cotas de fundos de investimentos **abertos** se faz necessário ter um patrimônio acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a rentabilidade apresentada em um período mínimo de 12 (doze) meses, deverá ter alcançado no mínimo 100% (cem por cento) da taxa de meta atuarial (TMA);

Para os fundos de investimentos **Fechados** deverá possuir um patrimônio acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a rentabilidade anual acima da taxa de meta atuarial (TMA).

10.2 Critério de Avaliação para Resgate

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas nas avaliações e análises efetuadas pelo comitê de investimentos, poderão ser realocados, dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar o capital investido do Instituto e a superação da sua meta atuarial (TMA).

11. Critérios de Avaliação e Acompanhamento dos Investimentos

A avaliação de desempenho do PREV BOM JESUS será feita pelo Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, juntamente com a Diretoria Executiva, mensalmente, elaborando relatórios mensais e trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo PREV BOM JESUS. Semestralmente, no mínimo, elaborar o relatório de avaliação do desempenho, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.

12. Disposições Gerais

Atendendo ao disposto no artigo 4º da Resolução 3922/2010, o relatório da política de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamente, bem como as aprovações exigidas, deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

12.1 Vigência

O prazo de vigência desta Política de Investimentos compreende o período de 12 (doze) meses a partir de 01/01/2015 à 31/12/2015.

12.2 Reavaliações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesse documento, e que não estiverem de acordo com as diretrizes de investimento ou em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos para devida avaliação.

A política de investimentos foi desenvolvida, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses e poderá, JUSTIFICADAMENTE, ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao comportamento da conjuntura do mercado ou a nova legislação.

12.3 Formas de Divulgação

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação, através de web site, diário oficial, mural, ou outras formas de divulgação do PREV BOM JESUS.

12.4 Responsabilidade do Gestor de Investimentos

O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo e a unidade gestora do regime (preferencialmente) como servidor titular de cargo efetivo, apresentado formalmente designado para a função por ato da autoridade competente. Deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no Mercado brasileiro de capitais. Assinará, conjuntamente com o Presidente do PREV BOM JESUS, nas decisões de alocações dos recursos financeiros.

12.5 Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2014, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM e o Relatório de Mercado - FOCUS, O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente.

As disposições gerais completam os quesitos para o encerramento da Política de Investimentos. Destaca-se que esta política anual de investimentos dos recursos do PREV BOM JESUS e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação. Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à

adequação ao mercado ou à nova legislação, conforme prevê a Resolução CMN 3.922/2010.

A documentação comprobatória desta política anual de investimentos deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

Igualmente, estes respectivos documentos devem ser disponibilizados aos seus segurados e pensionistas juntamente com as respectivas revisões, no prazo de trinta dias, contados da data da sua aprovação.

É parte integrante desta Política de Investimentos cópia da Ata do comitê gestor de investimentos, que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

12.6 Deliberações da Diretoria Executiva

→ A Política de Investimentos terá vigência por um ano, após devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos do PREV BOM JESUS e sua Direção Executiva, mantendo as premissas básicas de curto/médio prazo;

→ O planejamento da política de investimento foi realizado, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses;

→ Revisões extraordinárias deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação;

→ Esta política de investimentos será disponibilizada na íntegra por meio eletrônico, no site da municipalidade e no átrio do Paço Municipal, no máximo 30 (trinta) dias após a sua aprovação;

→ Durante o ano de 2015 deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da certificação, ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e do DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos;

→ As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o PREV BOM JESUS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados;

→ Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e as Portarias MPS nº 519/11 e 440/13 do MPS.

→ Fazem parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros e os anexos relacionados abaixo:

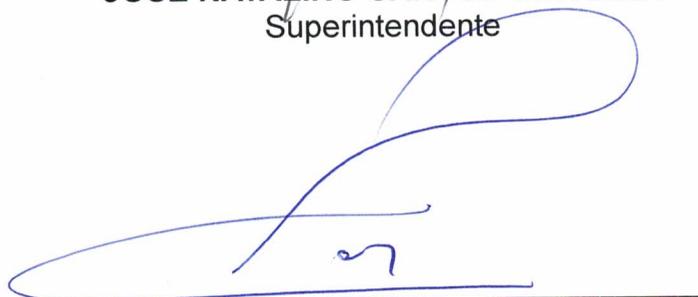
Anexo I: Ata reunião do Colegiado em 18/12/2014.

Anexo II: DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos.

Anexo III: Questionário Padrão *Due Diligence* Seção I padrão AMBIMA; Questionário Padrão *Due Diligence* Seção II padrão AMBIMA; Questionário Padrão *Due Diligence* Seção III padrão AMBIMA.



JOSÉ NATALINO SANTOS OLIVEIRA
Superintendente



MAURO DE PAIVA
Diretor Financeiro



12.7 Deliberações do Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos

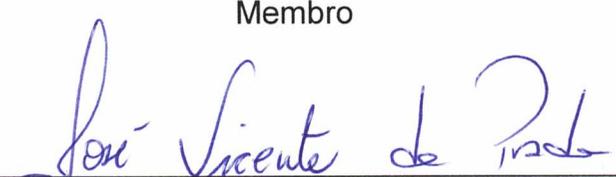
Conselho Administrativo



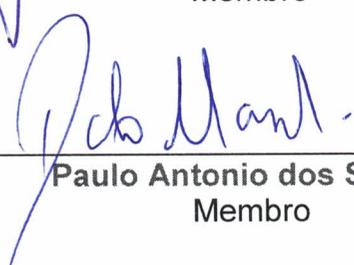
ANA LÚCIA DE ALMEIDA
PRÉSIDENTE



Vanda Lucia R. Siedlarczyk
Membro



José Vicente do Prado
Membro



Paulo Antonio dos Santos
Membro

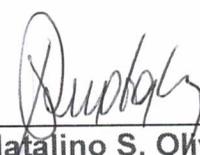
Comitê de Investimentos



Vanda Lucia R. Siedlarczyk
Membro



Antonio Benedito dos Santos
Membro



José Natalino S. Oliveira
Membro

→ A política de investimentos do PREV BOM JESUS foi aprovada através da Ata de Reunião do Colegiado (Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos) junto com a Diretoria Executiva, em 18/12/2014 e seu prazo de vigência compreende o período de 01/01/2015 a 31/12/2015 em conformidade a Res. 3922/10.

Bom Jesus dos Perdões - SP, 18 de dezembro de 2014.





DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões / SP
Endereço: Rua Dom Duarte Leopoldo, 83
Bairro: Centro
Telefone: (011) 4012-1000
Fax: (011) 4012-7700
CNPJ: 52.359.692/0001-62
Complemento:
CEP: 12955-000
E-mail: gabinete@bjperdoes.sp.gov.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Eduardo Henrique Massei
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@bjperdoes.sp.gov.br
CPF: 023.010.038-41
Complemento do Cargo:
Data Início de Gestão: 01/01/2013

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus dos Perdões
Endereço: Rua João Franco de Camargo, 756
Bairro: Centro
Telefone: (011) 4891-1677
Fax: (011) 4891-1677
CNPJ: 10.642.943/0001-71
Complemento:
CEP: 12955-000
E-mail: fps@bjperdoes.sp.gov.br

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: José Natalino Santos de Oliveira
Cargo: Superintendente
Telefone: (011) 4891-1677
Fax: (011) 4891-1677
Complemento do Cargo: Superintendente
CPF: 063.800.068-85
E-mail: fps@bjperdoes.sp.gov.br
Data Início de Gestão: 28/01/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: José Natalino Santos de Oliveira
Cargo: Superintendente
Telefone: (011) 4891-1677
Entidade Certificadora: ANBIMA
Complemento do Cargo: Superintendente
CPF: 063.800.068-85
E-mail: fps@bjperdoes.sp.gov.br
Data Início de Gestão: 28/01/2011
Validade Certificação: 14/11/2015

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: José Natalino Santos de Oliveira
Telefone: (011) 4891-1677
Data de envio: 12/01/2015
CPF: 063.800.068-85
E-mail: fps@bjperdoes.sp.gov.br
Fax: (011) 4891-1677

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2015 **CPF:** 063.800.068-85
Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: José Natalino Santos de Oliveira
Data da Elaboração: 11/12/2014 **Data da ata de aprovação:** 18/12/2014
Órgão superior competente: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE PREVIDÊNCIA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS
Meta de Rentabilidade dos Investimentos:
Indexador: IPCA Meio Eletrônico Impresso **Taxa de Juros:** 6,00 %
Divulgação/Publicação:

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	15,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	14,50
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	0,50
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	0,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	5,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	5,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	5,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		290,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O cenário para 2015 demanda extrema cautela, pois estamos no limiar de repetir no próximo ano os resultados de 2014, com uma série de agravantes que aumentam a sensibilidade dos indicadores macroeconômicos, principalmente aqueles ligados à inflação. Fechamos o contexto nacional de 2014 com: Inflação muito próxima da meta determinada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional); Taxa de juros (Selic 11,75% aa) que supera todas as projeções médias dos analistas, devido às atitudes tomadas pelo Banco Central até às vésperas das eleições majoritárias de outubro; Elevações de custos de produção de diversos setores, representadas pelas correções de valores de combustíveis e energia elétrica; Crescimento econômico próximo de zero, passando por um trimestre de recessão técnica; Elevado déficit de conta corrente e o pior déficit comercial para novembro em 20 anos; Déficit Primário e manobras políticas para alterar as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Desvalorização cambial acelerada, com dólar médio a R\$ 2,34 até o início de setembro e se aproximando de R\$ 2,60 em dezembro; Queda na produção industrial de 3% no acumulado até outubro; Ibovespa com crescimento próximo a zero. Para 2015, reforçamos a premissa de uma melhora do contexto internacional, capitaneado pela recuperação contínua dos EUA, os esforços e estímulos reservados pelo BCE à Zona do Euro, o reforço do plano japonês de estímulo ao consumo e um contexto se desenhando de maneira um pouco mais confortável aos emergentes, apesar da ainda forte queda do preço das commodities, reforçada pela sinalização de um menor valor do petróleo da OPEP para os EUA em 2015. A China pode dar continuidade à queda de juros e estímulos ao setor imobiliário e industrial, principalmente por um custo de produção reduzido pela queda do preço internacional do aço. A questão climática continuará altamente em voga no mundo devido à todas as fortes distorções observadas em 2014, principalmente pelo forte impacto econômico já presente no globo. Novamente nos EUA, o crescimento econômico e a recuperação da atividade industrial pós 2008 pode levar a um aumento de juros ainda no primeiro trimestre e o tamanho deste aperto tende a definir a tendência para o valor global do dólar, podendo ser muito positivo para economias como a Zona do Euro, Japão e China. Em termos locais, a necessidade de reajustes da economia brasileira deve impedir que o país receba os bônus de uma possível continuidade da recuperação macroeconômica global e receba os ônus da valorização do dólar frente ao Real. O mal fadado Custo Brasil (infraestrutura ruim, juros altos, burocracia e matriz tributária altamente complexa) faz com que os pretensos ganhos do setor exportador com a desvalorização cambial esvaziarem-se e a falta de competitividade dificulte o encaixe de produtos nacionais vis-à-vis a nossos pares internacionais. Além disso, a forte dolarização da indústria nacional faz com que um Real mais fraco se traduza como inflação mais alta de maneira quase imediata. Como não há perspectiva concreta de, ao menos, uma reforma tributária, a tendência é que continuemos num contexto de mercado internacional semelhante ao de 2014.

Objetivos da gestão

Garantir, além da rentabilidade, a solidez, a liquidez e a segurança necessária à aplicação dos recursos financeiros do PREV BOM JESUS e de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

A versão da Política de Investimentos adotada pelo PREV BOM JESUS compreende como um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

A gestão da alocação para o exercício de 2015 entre os Segmentos, têm o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da Taxa da Meta Atuarial (TMA), que é igual à variação do IPCA + 6% a.a. calculada pelos dias úteis do mês, base aproximada de 252 dias úteis no ano, para evitar distorções com as análises e comparações de rentabilidade dos ativos que compõe a carteira. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

INVESTIMENTOS: Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Resolução 3922/2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para credenciamento padrão AMBIMA e observar os critérios desta Política de Investimento, conforme item 4, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação.

DESINVESTIMENTOS: Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenhado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas nas avaliações e análises efetuadas pelo comitê de investimentos, poderão ser realocados, dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar o capital investido do Instituto e a superação da sua Taxa da Meta Atuarial (TMA).

Críticos de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciados junto ao PREV BOM JESUS, de acordo com o Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, tendo os seguintes critérios básicos: • Histórico e características da empresa e dos controladores, levando em consideração a tradição e idoneidade da mesma; • Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes; • Fornecimento de relatórios e informações para o RPPS; • Processo de Risk Management; • Corpo de profissionais especializados na gestão de recursos de terceiros e turnover; • Especialização para atuação em diversos mercados (RF e RV); • Controle de risco interno; • Avaliação da performance análise de rentabilidade e risco dos seus respectivos fundos; • Total de recursos administrados correspondentes a investidores institucionais; • Taxas de administração propostas. Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de Renda Fixa, será usado preferencialmente o Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado. Para os fundos de Renda Variável, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBRX e IBRX-50.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de Renda Fixa, será usado preferencialmente o Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notações emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado. Para os fundos de Renda Variável, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBrX e IBrX-50.

Observações

Revisões extraordinárias deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação Gestores externos contratados; Instituições Financeiras habilitadas mediante credenciamento, de acordo com a Portaria MPS 440/13.
SALIENTAMOS QUE NOSSA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS É "ABERTA" COM OS PERCENTUAIS DE ALOCAÇÕES "ATÉ XX%" DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO 3922/10

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:

023.010.038-41 - Eduardo Henrique Massei

Data: 18/12/2014

Assinatura:

Representante Legal da Unidade Gestora:

063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira

Data: 18/12/2014

Assinatura:

Gestor de Recurso RPPS:

063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira

Data: 18/12/2014

Assinatura:

Responsável:

063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira

Data: 18/12/2014

Assinatura: